

## **AS RELAÇÕES EXTERNAS ENTRE GETÚLIO/ BRASIL E PERÓN/ARGENTINA ( 1951-1954)<sup>1</sup>**

### *FOREIGN RELATIONS BETWEEN GETULIO/BRAZIL AND PERON/ARGENTINA (1951-1954)*

**Loeni de Souza Cristofari<sup>2</sup> e Lenir Cassel Agostini<sup>3</sup>**

#### **RESUMO**

*As relações externas, entre os governos de Getúlio Vargas/Brasil e Juan Perón/Argentina, foram marcadas por rupturas e simetrias. Pretende-se compreender, através da História Política, como essas relações se processaram entre Getúlio Vargas e Juan Perón, Presidentes do Brasil e Argentina, respectivamente, no período de 1951 a 1954. Nessa perspectiva, busca-se construir a trajetória varguista e peronista num cenário onde a modernização, baseada na industrialização, era entendida por Vargas e Perón como um caminho para alcançar a autonomia política e econômica na América Latina, diante das nações hegemônicas do pós-guerra. Para a consolidação dessas propostas governistas, Vargas e Perón entendiam que, além de uma política interna estável, necessitavam de uma política externa, visando ao reconhecimento e à participação na política internacional com soberania. Nesse sentido, Perón empenha-se para efetivar uma integração econômica na América Latina, vinculando Argentina, Brasil e Chile, ao Pacto ABC. Entretanto, pretensões de liderança na Região Sul, por parte da Argentina e Brasil, caracterizaram essas relações, dificultando os entendimentos para concretização do Pacto ABC. A pesquisa foi realizada através do cruzamento de fontes bibliográficas e fontes documentais.*

**Palavras-chave:** Política, hegemonia, industrialização.

#### **ABSTRACT**

*The exterior relations between the governments of Getúlio Vargas/Brazil and of Juan Domingo Perón/Argentina were making for breaks and symmetries. They will intend to understand, through the politics history, like these relations happened between Getúlio Vargas and Juan Perón, Presidents of Brazil and*

<sup>1</sup> Trabalho Final de Graduação - TFG.

<sup>2</sup> Acadêmica do Curso de História - UNIFRA.

<sup>3</sup> Orientadora - UNIFRA. E-mail: lenir.agostini@terra.com.br

*Argentina respectively, since 1951 to 1954. In this perspective, it was created the Vargasistas and Peronistas trajectory in modern scenery, it was based at the industrialized than it was intend to Vargas and Perón it was on the way to reach the political and economical autonomy in Latin America, in front of the United Nation of postwar. For consolidate these governmental proposals, Vargas and Peron, they understood than needed the exterior politics beyond internal stable politics. They are aiming for the recognition and participation in international politics with sovereignty. This sense, Peron tried bringing into effect an economical integration in Latin America, bonding Argentina, Brazil and Chile to ABC Pact. However, the pretensions of leadership in south region, for Argentina and Brazil, they characterized this relations. They became difficult the understanding between Vargasistas and Peronistas, in relations to realize the ABC Pact. The research was released trough mixing documentary and bibliographies sources.*

**Keywords:** Politics, hegemony, industrialization.

## INTRODUÇÃO

Nesta pesquisa, pretende-se demonstrar as relações externas desenvolvidas por Getúlio Dornelles Vargas e Juan Domingo Perón, personagens políticos no Brasil e Argentina.

Getúlio e Perón buscavam um novo paradigma econômico, que acreditavam ser possível através da industrialização. Para alcançar esse objetivo, eles defendiam a necessidade brasileira e argentina de possuir uma política externa feita de acordos bilaterais, entendida por esses governantes, como um meio de fortalecimento na nova ordem internacional e, pela qual, passariam de países periféricos para uma nova relação impregnada de soberania.

No entanto, desentendimentos entre os governos getulista e peronista, somados às suas pretensões hegemônicas na América Latina, serviram como entraves à construção das relações externas bilaterais.

Levando-se em conta a formação de oposições ferrenhas aos governos de Getúlio e Perón, propõe-se uma demonstração das dificuldades que marcaram as tentativas de relações políticas entre Brasil e Argentina, num contexto histórico, em que o capitalismo atinge dimensões globais.

Num primeiro momento, a pesquisa priorizou o governo de Getúlio Vargas. Com sua política conciliadora e espírito de liderança somados ao consenso político, Vargas legitimava-se diante dos trabalhadores e, através de sua política social, angariava adeptos às suas propostas de modernização do país.

A segunda parte deste trabalho trata o governo de Juan Domingo

Perón, cujas propostas governamentais, centradas no desenvolvimento econômico, priorizavam a justiça social.

Esse personagem carismático, convocava a massa popular para a realização de seus planos, visando uma Argentina mais desenvolvida para sair do isolamento político.

A terceira parte desta pesquisa concentra-se na compreensão das relações externas entre Brasil e Argentina, que foram marcadas por tentativas de aproximação por ambos os Estados.

A pesquisa foi desenvolvida na área de História Política, enquanto relações de poder entre os governos de Getúlio Vargas e Juan Perón, priorizando as relações externas entre Brasil e Argentina, no período de 1951 a 1954.

Para a realização deste trabalho de pesquisa, foram utilizadas fontes documentais e fontes bibliográficas. Salientam-se autores como: Rémond (1994), que possibilitou o embasamento teórico político; Seitenfus (1994; 2004); Rodrigues (2000); Skidmore (1969; 1994); Agostini (2003); Haffner (2002); Reckziegel (1996), entre outros, mencionados na bibliografia.

Nesse sentido, a pesquisa justifica-se pela pertinência de compreender as relações na América Latina entre nações limítrofes, Brasil e Argentina, que persistiram paralelamente na busca das relações comerciais, porém com interesses econômicos conflitantes.

## **O GOVERNO DE GETÚLIO DORNELLES VARGAS – 1951 a 1954**

Getúlio Dornelles Vargas retorna à presidência da República pelo voto popular nas eleições de 1950. Em 1951, como Presidente Constitucional, dedicou-se, primeiramente, à composição de seu ministério caracterizado pelo pluripartidarismo, refletindo os diversos compromissos de campanha eleitoral com os partidos que o apoiavam<sup>4</sup>. Também se desenhava uma acirrada oposição à sua proposta de governo, levando Vargas a construir um grupo de apoio que evidenciasse simetrias na sua linha política.

Verifica-se a preocupação de Getúlio em unir todas as facções políticas, pois não assumindo compromissos partidários e procurando formar um governo de conciliação, sem a intervenção da oposição. D'Araújo (1999) percebeu esse interesse, quando explicou: “buscava governar sem oposição e sem os recursos policialescos com que contara em sua primeira administração” (p. 104).

<sup>4</sup> Getúlio Vargas, foi legitimado pelo voto popular, em 1950, com 48,7% dos votos. Representou uma coligação formada pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Partido Social Progressista (PSP), parte do Partido Social Democrata (PSD) e alguns segmentos da União Democrática Nacional (UDN) (SKIDMORE, 1969).

Após a composição de seu ministério, Vargas volta-se para a questão fundamental de seu governo: o desenvolvimento econômico do país.

Conforme Agostini (2003), Vargas, em campanha eleitoral, percorreu o Brasil com propostas desenvolvimentistas<sup>5</sup>, tanto no setor industrial quanto energético, sem deixar de mencionar o setor de transportes.

Entende-se a estratégia política de Getúlio fortemente enraizada na aceleração do crescimento econômico através de uma intervenção do Estado. Esse pensamento vinha ao encontro das propostas cepalinas<sup>6</sup>, como lembra Haffner (2002), que acreditavam que “a industrialização permitiria à periferia<sup>7</sup> o acesso aos métodos produtivos mais eficientes” (p. 20).

Desenhava-se nesse momento, como meta principal, o aumento da produtividade e a absorção de mão-de-obra, compromisso que o Presidente Vargas pregava em seus discursos, tanto de campanha eleitoral como após sua eleição, em contato direto com a população nos comícios, principalmente em praças públicas. Apesar disso, Reckziegel (1996), diz:

[...] Vargas se depara com dois problemas, no nível interno: a inflação, com suas conseqüentes tensões sociais, era o grande obstáculo para que se colocasse em prática uma política de investimentos; no nível externo, [...], a preocupação fundamental era com a obtenção de empréstimos para o financiamento do projeto desenvolvimentista preconizado pelo Presidente (p. 15).

Diante desse contexto, percebe-se Vargas direcionando sua política para o desenvolvimento e a consolidação industrial, priorizou o Estado, porém, sem deixar de lado a política externa.

Nessa ótica, D’Araújo (1999) explica que o Ministro da Economia Horácio Lafer formulou um Plano Quinquenal que previa grandes investimentos públicos nos setores defendidos por Vargas, como, energia, transporte e indústrias de base, ao qual se vinculava o projeto de criação da Petrobrás<sup>8</sup>. Na análise da mesma autora, o “petróleo era concebido como um setor estratégico da economia nacional, como uma fonte de riqueza cobiçada pelos monopólios internacionais e que deveria, portanto, ser protegido pela ação enérgica do Estado” (p. 108).

Observa-se a preocupação no poder Executivo assim como a

<sup>5</sup> Getúlio defendia a necessidade de o Brasil intensificar a industrialização, pela qual, o Estado interviria mais diretamente, através das empresas estatais e das empresas de economia mista, promovendo, assim, o desenvolvimento (SKIDMORE, 1969).

<sup>6</sup> Foi nesse contexto de revalorização econômica, em que era imprescindível a modificação das estruturas dominantes com o objetivo de diminuir a dependência externa que, em 1948, a Comissão Econômica para América Latina e o Caribe, (CEPAL) iniciou suas atividades, sob o comando das Nações Unidas, priorizando auxílio aos países latino-americanos para promover-lhes o desenvolvimento econômico através da industrialização (HAFFNER, 2002).

<sup>7</sup> Periferia, termo utilizado por Raúl Prebisch para referir-se aos países pobres (RODRIGUES, 2000).

mobilização popular e pressão do Congresso para que essa riqueza energética tivesse o controle estatal. A Petrobrás, dentre as demais estatais brasileiras, foi a que mais simbolizou o nacionalismo<sup>9</sup>.

É nesse cenário que Vargas se utilizava de sua imagem e carisma para atrair a atenção e compreensão do povo, não colocando intermediários entre eles. Também se mostrava preocupado quanto às reivindicações populares, em relação ao alto custo de vida, que se vinha acentuando desde sua posse. Percebe-se essa conjuntura, em correspondência enviada do Diretório do PTB ao Presidente Vargas, na sua posse, dizendo-lhe que “eram depositadas esperanças no novo governo, para empreender a luta pela baixa do custo de vida e restauração da liberdade sindical”<sup>10</sup>.

Diante desse contexto conturbado, na tentativa de amenizar a crise interna, em 1953, Getúlio modificou seu ministério, nomeando João Goulart para a Pasta do Trabalho, pois ele estava ligado aos meios sindicais através do PTB. Todavia, essa medida não foi suficiente para aplacar a série de greves decorrentes da inflação que se instalara no país.

Nessa arena política, D’Araújo (1999) entende que a popularidade de João Goulart e as suspeitas de certos setores militares de que ele, Jango, estaria incentivando no país, a formação de uma “república sindicalista” (p. 112)<sup>11</sup>, fortaleceram os obstáculos para sua permanência no governo, pois era constantemente atacado pela oposição centrada na figura de Carlos Lacerda.

O ápice desse processo de acusações ocorreu quando, em 1954, denúncias e escândalos comprometeram ainda mais a imagem de Getúlio Vargas. Reckziegel (1996) explica que a oposição e o ex-ministro do Exterior, João Neves da Fontoura, denunciaram Vargas por estar promovendo no Brasil, com Jango, a república sindicalista em moldes peronistas e também a formação de um bloco hemisférico envolvendo Argentina, Brasil e Chile para se contraporem aos Estados Unidos.

Esse bloco hemisférico ficou conhecido como Pacto ABC. Skidmore (1969) explica que esse fato recrudesceu os ânimos políticos porque Perón, Presidente da Argentina, num discurso dirigido aos oficiais do exército, “teria se queixado de que Getúlio não tinha cumprido suas promessas nas negociações” (p. 169).

<sup>8</sup> Em 1952, o governo propôs a Instituição de uma empresa mista com controle majoritário exercido pela União, e que teria por objetivo pesquisar, extrair, refinar e comercializar o produto (D’ARAÚJO, 1999).

<sup>9</sup> Nacionalismo, em sentido mais amplo, designa a ideologia nacional, a ideologia de determinado grupo político, o Estado Nacional, que se sobrepõe às ideologias dos partidos (BOBBIO, 1998).

<sup>10</sup> Correspondência-CPDOC/FGV-GV c1951. 01. 31/6.

<sup>11</sup> República Sindicalista: entende-se como a participação dos sindicatos nas propostas e efetivação das políticas públicas.

Diante dessa conjuntura, aumentava a preocupação por parte dos opositores a Vargas, a qual se somava a distribuição de propagandas peronistas, realizadas desde 1953, no Brasil<sup>12</sup>. Vargas tentava levar adiante suas metas, mas o desgaste de sua imagem ficava cada vez mais acentuado. Na leitura de D' Araújo (1999), entende-se que “o povo brasileiro assistiu a uma das maiores campanhas difamatórias contra um Presidente e os militares, com a UDN, sustentavam a tese que para moralizar o país, Vargas precisava renunciar” (p. 113).

Vargas optou por uma saída que surpreendeu a todos. No dia 24 de agosto de 1954, suicidou-se, para não sofrer a deposição decidida pelos militares. Deixou uma carta-testamento, onde “se apresentava como vítima” despertando uma grande comoção popular<sup>13</sup>.

## **O GOVERNO DE JUAN DOMINGO PERÓN – 1946 A 1955**

Segundo a leitura de Agostini (2003), Juan Domingo Perón, em 1941, integrou o Grupo de Oficiais Unidos (GOU)<sup>14</sup>, quando então iniciou sua carreira política. A mesma autora informa que, em 1944, foi designado para o cargo de Secretário do Trabalho e Previdência. Perón, nessa Secretaria, iniciou um impulso para uma proposta governamental a fim de dinamizar uma política social.

Nesse mesmo ano, 1944, Perón foi indicado para ocupar o posto de Ministro da Guerra e, logo após, ocupou também a vice-presidência da República. Na interpretação de Lobato e Suriano (2000),

[...] nadie disponía de más recursos ni más poderes directos que Perón a mediados del 44: podía usarlos sobre la opinión pública desde la vicepresidencia, sobre el poder militar desde el ministerio de Guerra, y sobre las organizaciones y dirigentes laborales desde la secretaría de Trabajo (p. 860).

Dessa forma, Perón ficou à frente de vários cargos, nos quais adquiriu a base de sustentação política que possibilitaria a implantação de seu projeto, centrado no desenvolvimento para alcançar a justiça social e estabelecendo uma relação de fidelidade com o eleitorado urbano.

Nas eleições presidenciais de 1946, Perón foi legitimado para a presidência da República pelo voto popular, priorizando o caminho para

<sup>12</sup> Essas propagandas peronistas eram espalhadas dentro dos sindicatos brasileiros e ressaltava: “que o povo argentino come bem e mora bem” (Jornal do Brasil, 19/11/53, p. 14- MRE).

<sup>13</sup> AGOSTINI. *Jornal A Razão*. A última cartada de um estadista. 24. 08. 2005, p. 2.

<sup>14</sup> Grupo formado por oficiais superiores do Exército com uma ideologia nacionalista com fundamentos nazi-fascistas. Participou do golpe de 1943, que instalou o regime militar na Argentina (AGOSTINI, 2003).

atingir a justiça social através da conquista de salários mais altos e direitos trabalhistas.

Nesse cenário, é pertinente lembrar a política varguista e peronista. Na leitura de Skidmore (1994), tanto Vargas quanto Perón, provaram ser os líderes mais importantes desses países – Brasil e Argentina – no século XX, “ambos optaram por políticas econômicas nacionalistas, recompensando os trabalhadores urbanos” (p. 263).

Percebe-se o carisma dos dois governantes junto às massas, o que lhes possibilitou desenvolver com elas uma política que favorecia a implantação de suas metas.

Verifica-se que Vargas e Perón procuravam conquistar a confiança dos trabalhadores urbanos, que lhes davam amparo político. Vargas, através da criação do Partido Trabalhista Brasileiro, (PTB) e Perón, do Partido Justicialista<sup>15</sup>.

Nesse contexto político, retornando ao cenário argentino, observa-se na leitura de Agostini (2003), que o exército e a igreja uniram-se a Perón e aos demais segmentos sociais.

Assim, a política argentina foi estruturada através das metas peronistas, procurando reunir os recursos políticos dispersos, para então organizar seu movimento, como explica Floria e Belsunce (1992),

[...] organizar su movimiento, definir su programa de acción y ventilar sus slogans resumados por tres ideas – fuerza de indudable eficacia proselitista y aptitud sintetizadora de los sentimientos populares; justicia social; independencia económica y soberanía política (p. 875).

Nota-se, nessa assertiva, Perón procurando aperfeiçoar as estruturas econômicas, políticas e sociais, para alcançar o desenvolvimento pretendido pelo peronismo. Nessa ótica, a exemplo do Brasil, remete-se à CEPAL que, nas palavras de Agostini (2003), “defendia um pensamento econômico a fim de desenvolver um novo paradigma à América Latina” (p. 53).

Nesse contexto, Perón implanta seu modelo econômico, ou seja, a industrialização como meta para a modernização que, para ele, era o caminho para a autonomia da América Latina.

Para dar continuidade a sua proposta política, em 1949, na leitura de Lobato e Suriano (2000), Perón realizou reformas na Constituição Nacional e incorporou os direitos sociais para consolidar as metas propostas em seu governo, também garantindo, na Constituição, a reeleição presidencial, que possibilitaria sua permanência no poder.

<sup>15</sup> O Partido Justicialista ou Peronista foi criado antes de Perón assumir a presidência em 1946, resultou da dissolução dos partidos que o apoiaram durante a campanha eleitoral, a fim de constituir uma força política única (LUNA, 1974).

Nessa arena política, em 1951, na Argentina, Juan Perón assumiu seu segundo mandato com vantagem eleitoral. Entretanto, problemas econômicos vinham se acentuando desde 1949, forçando o Presidente a tomar medidas para conter a crise, como destituir ministros, combater a inflação e reduzir salários .

Nesse processo de crise em que se encontrava a Argentina, observa-se o apelo carismático de Perón, acenando para o povo com suas propostas, antes nacionalistas na defesa da independência econômica, passando então a uma posição mais desenvolvimentista em busca de investidores estrangeiros.

Nesse cenário, com a chegada do ano de 1953, a situação ficou insustentável. Busca-se explicação em Lobato e Suriano (2000),

[...] inicia la última etapa del gobierno peronista, durante la cual la acumulación de tensiones obligó a delinear una política conservadora con el objetivo de mantener las posiciones de poder. Los últimos años estuvieron marcados por el conflicto con la Iglesia y las tensiones en el Ejército (p. 390).

Com isso, o governo de Perón enfrentou dificuldades que vinham se acentuando desde o início de seu segundo mandato, em 1951. O descrédito por parte das Instituições, principalmente o Exército, que o havia colocado no poder e os conflitos diretos com a Igreja Católica somaram-se ao descontentamento por parte da sociedade com o retrocesso da economia e o personagem, Juan Perón, viu-se diante de inquisições populares, que reivindicavam redistribuição de riquezas. Diante desse cenário político e econômico, no período presidencial de 1951 a 1955, Perón não resiste às pressões e, deposto, abandona o país, tornando-se um exilado político.

## **VARGAS/BRASIL, PERÓN/ARGENTINA E AS RELAÇÕES EXTERNAS, DE 1951 A 1954**

Para melhor compreender as relações externas entre Getúlio Vargas /Brasil e Juan Perón/Argentina, busca-se em Rodrigues (2000) a definição de relações externas, como as relações existentes entre um determinado Estado com outros Estados. É pertinente também recordar Seitenfus (2004), quando este escreve: “a política externa define-se como um processo de percepção, avaliação, ação e prospecção estatais, inclusive aquelas iniciativas tomadas no âmbito interno que possuam uma incidência além-fronteiras” (p. 84).

Compreende-se com isso, que a procura por manter relações externas com outros Estados é uma necessidade interna de cada país, em que o governo, na tentativa de ampliar seu poder externo e assegurar a



tranqüilidade da nação, pode vir a influir no interior de Estados com os quais mantêm relações externas, mas assegurando o interesse nacional.

Diante desse cenário, observa-se na leitura de Reckziegel (1996), que a “característica maior do relacionamento brasileiro-argentino, mesmo que intercalado por amizades ou até mesmo indiferenças, foi o constante estado de rivalidades” (p. 30).

Entende-se Brasil e Argentina, permeados de crises e tensões, desde o início do século XX, quando o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, José Maria da Silva Paranhos Junior, Barão de Rio Branco, realizava tentativas de estabelecer a união entre Argentina e Brasil. Reckziegel (1996) explica que o Barão de Rio Branco propôs um tratado que incorporava Argentina, Brasil e Chile. Na visão do Ministro, esse pacto era uma maneira de controlar as pretensões hegemônicas argentinas e, ao mesmo tempo, inserir o Chile nesse cenário por possuir uma extensa fronteira com a Argentina e também por sua influência sobre os países andinos. Paranhos entendia o Chile como peça importante na política regional.

Nesse sentido, entende-se que o Tratado do ABC que, mais tarde ficou conhecido como Pacto ABC, buscou uma articulação das relações econômicas entre esses países da América Latina.

Observa-se então Brasil e Argentina realizando cooperação econômica através das relações externas, mas essas sempre permeadas de tensão devido às pretensões de liderança de ambos países, na Região Sul, contrapondo-se a maiores entendimentos.

Para entender como Brasil e Argentina faziam parte desse cenário político na América Latina, busca-se Capelato (1998),

[...] varguismo e o peronismo caracterizaram-se pela introdução de uma política de massas que resultou na configuração de uma nova cultura política. [...]. No Brasil e na Argentina, a resposta aos problemas da época se deu através de um Estado intervencionista, tendo à frente um líder carismático que se dirigiu às massas e introduziu uma política social com vistas a evitar as revoluções populares (p. 141).

Pontua-se, nesse entendimento a respeito da política de Vargas e Perón, ambos legitimados pelo povo e com seu apoio político, a presença do Estado diante dos desafios que marcavam o contexto histórico da época. Essa característica particularizou tanto o governo Vargas quanto Peronista, pois esses atores<sup>16</sup> (Getúlio e Perón), através de atitudes

---

<sup>16</sup> Ator é o agente que participa das relações internacionais. Pode ser um personagem político, o Estado, uma organização internacional, uma empresa transnacional, uma organização não-governamental (RODRIGUES, 2000, p. 12).

paternalistas, dispuseram da massa popular para empreender suas propostas governamentais.

No entanto, observa-se, nas propostas modernizadoras de Vargas e Perón, a postura competitiva entre Brasil e Argentina, dificultando articulações na direção da política externa desses governos, permeadas com tentativas de aproximação, nas quais os acordos comerciais eram meio de conciliação e também de desentendimento, ou seja, pretendiam uma aproximação amistosa, porém vantajosa bilateralmente.

Diante desse contexto, percebe-se Brasil e Argentina voltados para suas políticas internas, visando à liderança na Região Sul, pretensão que dificultava as relações externas entre esses países vizinhos.

Nessa arena política, assinala-se a necessidade de a Argentina conseguir equilibrar a balança comercial, enquanto o Presidente Getúlio, com seu jogo político, numa tentativa de angariar o tempo e a confiança de Perón para futuros compromissos econômicos, dispõe-se em tratativas amistosas. Isso se demonstra em carta que Getúlio Vargas escreve a Perón: “porei todos os meus cuidados no empenho de manter e estreitar, cada vez mais, as relações de amizade existentes entre nossos dois países”<sup>17</sup>.

Nesse sentido, Reckziegel (1996) explica que Vargas, através de jogo político, nomeia Batista Luzardo para o cargo de embaixador brasileiro em Buenos Aires. Considera-se a medida estratégica por parte do Presidente Getúlio, pois Luzardo mantinha boas relações de amizade com o Presidente Perón.

Nessa mesma perspectiva, Getúlio Vargas nomeia João Neves da Fontoura, Ministro das Relações Exteriores, com a função de tornar o Brasil o preferido dos Estados Unidos na América Latina, pois o ministro defendia a aproximação do Brasil com o país norte-americano.

Observa-se a década de 1950, com um clima de entendimento para os acordos comerciais entre Brasil e Argentina. O estabelecimento de acordos comerciais tornava-se imprescindível, tanto por motivos financeiros quanto políticos. Brasil e Argentina necessitavam comercializar seus produtos visando ao crescimento da economia interna e, em relação ao interesse político, a união comercial entre Brasil e Argentina era vista como uma maneira de colocar-se próximo ao país vizinho, numa tentativa de controlar suas ações.

Esses acordos bilaterais que estavam sendo alinhavados entre esses dois países da Região Sul preocupavam os norte-americanos, pois estes os consideravam uma ameaça aos seus interesses políticos e econômicos na América Latina.

---

<sup>17</sup> FGV-GV c 1951. 07. 27/3.

Entretanto, os acordos bilaterais entre Brasil e Argentina que os Estados Unidos entendiam como ameaça latino-americana constituíam-se como motivos de desentendimentos entre Vargas e Perón. Percebe-se esses contratempus quando, no ano de 1952, as tratativas comerciais estavam acontecendo e as negociações sobre o convênio do trigo<sup>18</sup>, firmado por Brasil e Argentina, tornaram-se motivo de discórdia entre esses países. O embaixador brasileiro, Batista Luzardo, nesse momento, foi acusado por João Neves da Fontoura de beneficiar a Argentina na assinatura desse acordo comercial.

Nesse universo, a Argentina temia a não-realização de acordos bilaterais com o Brasil e o governo brasileiro adiava essa decisão, pois sofria fortes pressões por parte de João Neves para negociações com os norte-americanos.

Entende-se que a aproximação que Neves priorizava com os Estados Unidos ia ao encontro dos interesses de Getúlio quanto à necessidade de o Brasil de obter créditos para desenvolver os projetos da autonomia nacional.

Nesse universo, quando Cervo (1996) explica que “seria impossível examinar as relações entre Brasil e os demais países da América Latina sem abordar a influência direta dos Estados Unidos” (p. 179), remete-se à constante intervenção norte-americana nesse cenário, quando delimita diretrizes ao Brasil, quanto aos empréstimos financeiros para Vargas realizar suas propostas governamentais, obstruindo assim, as relações externas brasileiras e argentinas.

Entretanto, nesse jogo político e contrário a esse pensamento, está Batista Luzardo, embaixador brasileiro em Buenos Aires, que adverte o Presidente Vargas da necessidade de entendimentos entre Argentina e Brasil.

À época, Luzardo escreve para Getúlio, dizendo: “Argentina e Brasil têm de andar juntos. Ou se compreendem e todo o continente retratará essa compreensão; ou não se entendem, e padecerão todos, no continente, desse desentendimento”<sup>19</sup>.

Diante desse cenário, no qual Batista Luzardo chamava a atenção de Vargas quanto a entendimentos com a Argentina, enquanto Neves orientava Getúlio para que afinasse com os Estados Unidos, Vargas atua para se fortalecer internamente, agindo de forma ambígua, sem se definir por uma política com a Argentina e nem com os Estados Unidos.

<sup>18</sup> A Argentina pretendia vender trigo ao Brasil com preços superiores a 30% dos mercados norte-americano e canadense. A safra mundial de cereal era promissora, entendendo João Neves que a Argentina poderia baixar seu preço, o que não estimulava a triticultura argentina (RECKZIEGEL, 1996, p. 98).

<sup>19</sup> FGV-GV c 1951. 09. 27/3.

Vargas, nesse jogo político, acena para Perón e para os Estados Unidos, dispondo de seus dois representantes, Luzardo e João Neves, para acompanhar, tanto os movimentos Peronistas quanto as disposições econômicas por parte dos Estados Unidos em relação ao Brasil.

Como prova dessa concepção, Batista Luzardo promove as relações comerciais entre os dois países, Brasil e Argentina, ignora a disputa que sempre existiu entre eles pela hegemonia regional. Concomitantemente a isso, Neves defende a idéia de que, para o Brasil tornar-se líder regional, seria necessário sua associação aos Estados Unidos.

Nesse terreno político de controvérsias internas e externas, encontrava-se Getúlio Vargas no Brasil e Perón, na Argentina, envolvidos em escândalos internos, somados às crises financeiras e políticas externas.

Para compreender o conturbado cenário político, que pontuava Brasil e Argentina, em 1953, Hirst (1985) cita o General Perón, no seu discurso na Escola Superior de Guerra, em Buenos Aires, delineando as bases para efetivação do Pacto ABC, cuja finalidade seria a união aduaneira entre os três países, Argentina, Brasil e Chile, para enfrentar a pressão econômica exercida pelos Estados Unidos sobre a América do Sul. Nessa ocasião, o Presidente argentino, Perón, criticou a hesitação do chefe da nação brasileira, Getúlio Vargas, motivo pelo qual o Pacto não teria se concretizado e, ainda

Perón acusava o Itamaraty de contrapor-se aos interesses de união entre Brasil e Argentina, dificultando assim, os interesses na formação de acordos bilaterais e, ressaltava ainda que, o Itamaraty, deixava Vargas numa posição difícil, pressionado em suas decisões<sup>20</sup>.

Nessa conjuntura política, João Neves da Fontoura, ex-ministro de Getúlio, diante do pronunciamento de Perón, acusa Vargas de trair a confiança do povo brasileiro, pois segundo o ministro, o Pacto ABC estaria sendo formulado com o consentimento de Getúlio, sob a hegemonia argentina, mesmo antes de Vargas ser eleito Presidente da República.

A crescente instabilidade política interna brasileira e argentina gerou crises nos governos e um desgaste da imagem do político junto à sociedade e às instituições. Entende-se, Brasil e Argentina, com Vargas e Perón à frente do poder, demonstrando vontade política de uma aliança bilateral, porém os interesses de cada governante convergiam em sentido unilateral. Desafiavam, assim, as propostas integracionistas do Barão de Rio Branco de uma política voltada para os interesses comuns.

<sup>20</sup> Telegrama da embaixada brasileira em Buenos Aires para Getúlio, detalhando discurso de Perón. Doc. nº 00053. 11. 30. MRE-RJ.

Observa-se que as políticas externas varguistas, no contexto regional, foram pressupostos na construção da crise interna brasileira, através de embates entre os opositores de Vargas e seus apoiadores. Essas divergências aumentaram, colaborando para o trágico término do governo de Getúlio Vargas.

Concomitantemente, a política peronista, que nasceu da mobilização popular, enfrentava crises econômicas e políticas crescentes. A grande maioria da massa argentina ficara com Perón, porém rebeliões da Marinha e Exército, fizeram com que Perón abandonasse o poder absoluto que exercera por quase dez anos. No dia 19 de setembro de 1955, o Presidente Juan Domingo Perón, acabrunhado pelo fracasso militar, embarca para o exílio.

## CONCLUSÕES

Concluiu-se através desta pesquisa que as propostas governamentais de Getúlio Vargas e Juan Perón tinham, como meta principal, a modernização de seus países através da industrialização.

Ao considerarem o crescimento econômico e por objetivarem a justiça social, tanto o governo varguista quanto o peronista tiveram à frente de suas propostas governamentais a presença marcante do Estado. Nota-se o Estado presente, atuando na construção de um novo paradigma econômico, quando se desenhava um cenário bipolarizado no pós-guerra.

Com referência à política nacionalista, o governo Vargas era mais moderado em relação ao nacionalismo peronista, pois o Brasil necessitava de capital estrangeiro para o desenvolvimento econômico do país.

Já a política do governo Perón, ao iniciar seu mandato em 1946, era baseada nas propostas nacional-desenvolvimentistas, porém, num segundo momento, passou a incentivar a participação de capitais estrangeiros na economia argentina.

Desse modo, as semelhanças entre os governos varguista e peronista são o desenvolvimento econômico e o foco nacionalista que se uniam às pretensões hegemônicas de Vargas e Perón nas relações internacionais, entendidas como entraves à política externa entre Brasil e Argentina.

Entretanto, acordos econômicos foram revistos, tratados comerciais foram realizados na intenção de aproximar esses dois Estados, Brasil e Argentina. O Pacto ABC, uma tentativa de integração econômica entre os países, Argentina, Brasil e Chile, foi articulado por Perón, para se contrapor aos Estados Unidos.

Getúlio Vargas, no entanto, entendia essa integração como uma

forma de controlar as ações argentinas. O Presidente Vargas, contudo, ponderou esse acordo, pois visualizou as dificuldades que seu governo enfrentaria, caso a formação desse bloco econômico se concretizasse, pois necessitava para a sua proposta modernizadora a entrada de investimentos norte-americanos no Brasil.

Essa proposta integracionista tornou-se o foco de desentendimentos políticos internos, principalmente no Brasil, levando a embates entre os apoiadores e opositores da política varguista.

Diante desse contexto de crescente instabilidade política e econômica, que Brasil e Argentina enfrentavam internamente, observa-se um desgaste da imagem de Getúlio e Perón perante a sociedade brasileira e argentina. Esse desgaste desestabilizou seus governos, causando um esvaziamento em seus projetos no que se refere à política interna e externa, brasileira e argentina.

Nesse sentido, compreende-se as relações externas existentes entre Vargas/Brasil e Perón/Argentina, no período de 1951 a 1954, como uma histórica disputa pela liderança na Região Sul, pretensão que marcou as rupturas entre esses Estados. Apesar disso, não dispensavam seus acordos bilaterais quanto às relações comerciais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGOSTINI, Lenir Cassel. **A política varguista e peronista e sua percepção em nível local (Santa Maria/Brasil e Santa Fé/ Argentina)**. UFSM, 2003. Dissertação (Mestrado em Integração Latino-Americana). Centro de Ciências Sociais e Humanas. Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2003.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfrancesco. **Dicionário de política**. 11. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1998.

CAPELATO, Maria Helena R. **Multidões em cena: propaganda política no varguismo e peronismo**. São Paulo: Papirus, 1998.

CERVO, Amado Luiz. **O desafio internacional: a política exterior do Brasil de 1930 a nossos dias**. Brasília: UNB, 1996.

D'ARAÚJO, Maria Celina. (Org). **As instituições da Era Vargas**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

FLORIA, Carlos; BELSUNCE, César Garcia. **História de los argentinos**. Buenos Aires: Larousse, 1992.

HAFFNER, Jaqueline A. H. A. **A CEPAL e a industrialização brasileira**

(1950-1961). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

HIRST, Mônica. **Vargas y Perón: las relaciones brasileñas**. Buenos Aires: 1985.

LOBATO, Mirta; SURIANO, Juan. **Nueva história argentina: atlas histórico de la Argentina**. Buenos Aires: Sudamericana, 2000.

LUNA, Félix. **Argentina: de Perón a Lanusse (1943-1973)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

RECKZIEGEL, Ana Luiza G. Setti. **O Pacto ABC: as relações Brasil-Argentina na década de 1950**. Passo Fundo: EDIUPF, 1996.

RÉMOND, René. Por que a história política? **Revista de Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.7, n. 13, p. 7-19, 1994.

RODRIGUES, Gilberto M. Antonio. **O que são relações internacionais?** São Paulo: Brasiliense, 2000. (Coleção Primeiros Passos).

SEITENFUS, Ricardo. **Para uma nova política externa brasileira**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1994.

———. **Relações internacionais**. São Paulo: Manole, 2004.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil de Getúlio a Castelo - 1930-1964**. Rio de Janeiro: Saga, 1969.

———. **O Brasil visto de fora**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

## **FONTES DOCUMENTAIS**

Arquivo Histórico do Rio de Janeiro - CPDOC. Período pesquisado: 1950 a 1954.

AGOSTINI, Lenir Cassel. A última cartada de um estadista. **Jornal A Razão**. Santa Maria, RS. 24/08/2005, p. 2.

Ministério das Relações Exteriores, Rio de Janeiro. Período pesquisado: 1950 a 1954.

Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro. Disponível em <http://www.fgv.gov.br>. Acesso em 10/10/2006.